

# Canudos: uma tragédia nacional<sup>1</sup>

*José de Sá Martins\**

*“A guerra, irmãos, não é uma ciência certa nem uma arte definida, contudo, nela faz-se sentir o gênio de um povo ou o pensamento de um homem.”*

Anatole France – *A revolta dos anjos*

*“Ao vencedor, as batatas; ao vencido, morte ou compaixão.”*

Machado de Assis – *Quincas Borba*

*“Casou e tomaram-lhe a mulher. Achou então que tudo ia errado e tratou de endireitar o mundo.”*

Graciliano Ramos sobre Antonio Conselheiro

*“Canudos não era mais do que um antro de ignorância, que o medo e a covardia de alguns tornaram em um reduto quase inexpugnável.”*

Alvim Martins Horcades – *Descrição de uma viagem a Canudos*

*“Canudos não existe mais! Para nossa infelicidade, basta sua eterna memória que mais parece um pesadelo.”*

Favila Nunes, correspondente da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, junto à expedição do General Artur Oscar, em matéria para o seu jornal datada de 8 de outubro de 1897 diretamente de Canudos

*“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até esgotamento completo.”*

Euclides da Cunha – *Os Sertões*

No Museu da República (Palácio do Catete), num painel pintado numa parede apresentado sob o título “Memória da Casa”, lê-se: “1897 – Destruição do Arraial de Canudos, na Bahia, pelas forças governistas”. A explicação que se pode admitir para esse destaque

parece estar numa frase de um livreto que apresenta a programação para marcar o centenário do que ele classifica como o “confronto entre a tradição e a modernidade” que diz: “Foi do Palácio do Catete, sede da República de 1897 a 1960, que partiu a ordem para o envio das

<sup>1</sup> Colaboração do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB.

\* O autor é Coronel de Artilharia e Estado-Maior, historiador.

expedições militares de combate à revolta”. Então, fica claro que a ordem para a ação militar partiu do Poder Civil; ao Poder Militar a ela coube dar cumprimento.

– Mas como tudo começou?

– E por que chegou ao ponto que chegou?

A proposta que vamos desenvolver objetiva alinhar alguns subsídios com vistas a responder a essas questões e formular novas indagações, tudo no sentido de buscar o melhor entendimento possível do por quê e o que significou, e significa ainda, aquele dramático episódio ocorrido nos últimos anos do século XIX no sertão da Bahia.

O estudo de eventos, como Canudos, possibilita um melhor conhecimento da nossa História, dizendo muito do nosso passado e, de certa maneira, ajuda a encontrar idéias para tentativas de resposta a interrogações, tais como, entre outras: Quem somos nós? Para onde poderemos ir? Nesse contexto, o trato objetivo do tema implica dar-lhe uma dimensão maior e mais ampla, impondo-se uma visão crítica com o reexame dos fatos à luz de novos questionamentos. Assim procedendo, não se está ignorando os fatos ocorridos nem o quadro em que se desenrolaram, nem simplesmente querendo encontrar soluções melhores e mais humanas depois do caso passado. É que, se a História, para tentar expressar a verdade de um acontecimento e propiciar ensinamentos válidos, tem que estar baseada em documentos ou depoimentos os mais confiáveis possível, também tem que ser dinâmica e não se limitar a meras enunciações cronológicas ou ao relato e compreensão de um só narrador ou a uma única versão resultante de um único entendimento dos fatos ocorridos ou imaginados, por melhor que ele seja. É importante a constante busca de novas descri-

ções e percepções do fato histórico, com o confronto e mesmo o choque de novas interpretações a que tudo der origem. Somente por esse caminho – entendemos – será possível tirar o melhor proveito da História, até porque outros entendimentos e soluções que possam então ser admitidos em qualquer época não mais poderão alterar o fato em si – nem ressuscitar os mortos –, mas servirão, pelo menos, e isso é importante, como subsídio para melhor consideração de outras situações (passadas, presentes ou até futuras), além de contribuir para uma maior aproximação da verdade histórica.

Este estudo tem a pretensão de provocar, naqueles que o conhecerem, um desejo de relembrar em maiores pormenores esse importante episódio do nosso passado e sobre ele fazerem reflexões, sem paixões, pois essas, entre outros aspectos, não corrigem erros, não reverterem situações e, em última análise, nada constroem.

Em outubro de 1878, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco promoveu o Congresso Agrícola do Recife, congregando além de Pernambuco as províncias vizinhas que exportavam seus produtos pelo porto do Recife. Esse Congresso foi uma reação ao Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, realizado meses antes pelo Governo Imperial e para o qual somente foram convidadas as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, para debater os problemas das chamadas Grandes Lavouras, assim entendidas as lavouras de café, cana-de-açúcar e algodão. Conquanto tivessem sido pedidos subsídios às províncias do Norte (na época o Nordeste era considerado na designação genérica de Norte), entendeu a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco que ocorria uma discriminação, e que o governo se voltava exclusivamente para a cafei-

cultura, em detrimento das culturas de cana-de-açúcar e algodão, que já não eram importantes produtos de interesse para a exportação como era então o café. Os agricultores nordestinos perceberam, com nitidez e acertadamente, e os fatos posteriores isso comprovaram, que ficariam à margem dos apoios que eram acenados pelo Congresso do Rio de Janeiro. Além das preocupações com a queda das exportações, com grande dificuldade de braços para a lavoura, com a falta de linhas de financiamento, com os problemas de transporte (e aí consideravam que o Governo Imperial só cuidava de assegurar a construção de ferrovias no Sudeste do País e nada fazia pelas difíceis estradas do Nordeste), e outras mais, estavam sofrendo efeitos de uma terrível seca que já vinha do ano anterior.

Estima-se que essa seca foi responsável pelo desaparecimento de 300 a 500 mil pessoas, das quais 150 mil, pelo menos, teriam morrido de fome. A população de Fortaleza, invadida por retirantes flagelados, teria crescido de 25 mil para 114 mil pessoas. Muitos teriam sido os retirantes que se encaminharam para o Norte e para o Sul do País, no movimento de migração interna que – em termos – até hoje ocorre, de certa maneira pelas mesmas razões. O impacto da seca piorava a cada ano em virtude do crescimento populacional da região, que ocorria a despeito da própria seca.

No Congresso Agrícola do Recife muito se falou sobre os temas mais diversos (inclusive, mesmo, sobre separação do Nordeste do resto do País), nem sempre objetiva nem realisticamente com vistas a uma agricultura forte, até porque muito não dependia só da vontade e da capacidade dos empresários agrícolas da região. Havia um clima de muita tensão, a crise econômico-financeira abalava seriamen-

te a região que começava a sentir uma condição de pobreza para cuja solução não se vislumbrava saída. Era flagrante que o Nordeste nos últimos anos do Império nada tinha a dizer frente ao processo de acumulação capitalista que se concentrava aceleradamente no Sudeste. A verdade era que o governo central da época tinha carência de recursos de toda ordem para promover investimentos e assegurar financiamentos, pois, entre outras obrigações, tinha a de satisfazer compromissos externos assumidos em decorrência da guerra contra o Paraguai. De qualquer forma, também carecia ele de sensibilidade para determinados problemas sociais – como era o caso da escravidão negra e das questões referentes aos índios e a posse e uso da terra –, sobretudo os do interior e das províncias mais afastadas, para o que contribuía sobremodo, sem dúvida, o desconhecimento da realidade dessas regiões, que, por qualquer motivo, não procurava ou não tinha condições de superar.

Assim – e por isso a referência ao Congresso Agrícola do Recife – era calamitosa a situação das províncias do Nordeste, incluindo, obviamente, a da Bahia que não participara de nenhum dos dois congressos, e estava agravado um contexto no qual se desenvolveriam mais aceleradamente os já existentes apelos e expectativas por vida menos sofrida, com base em práticas de fundo religioso. E os piores efeitos dessa conjuntura eram sentidos no interior das províncias, nos seus sertões, onde mais danosas eram as conseqüências das secas, levando as suas populações a estados de desespero e, por via de conseqüência, de apego com a maior fé e ardor a quaisquer promessas e acenos de dias melhores. Para ocorrência e fortalecimento desse devotamento a uma esperança, contribuía fortemente o baixíssimo nível

cultural e a tendência ao misticismo e a superstição do homem dos sertões, esta como resultante da sua permanente vida de sofrimento, aquela, sobretudo, pela falta de ação do Poder Público em lhe prover os meios e as condições necessárias a uma melhoria dos seus conhecimentos. E para uma gente com fome, com sede, sem trabalho, sem direitos, objeto da exploração dos que tinham algum prestígio e poder (apesar de tudo esses existiam), nenhum outro caminho restava que o do misticismo ou o do banditismo, de qualquer forma vinculando-se e tornando-se dependente de alguém que saciasse suas necessidades básicas, inclusive, e talvez até mesmo, aquelas de natureza espiritual – que certamente não saberia explicitar – capazes de garantirem uma força extra nas situações mais difíceis sempre possíveis de se apresentarem inopinadamente.

Nesse quadro, é possível enfatizar, fácil era o aparecimento dos homens providenciados, daqueles que oferecessem alguma segurança mesmo que ilusória e acenassem com dias melhores.

Octávio Tarquínio de Souza nos lembra que “não há outra história que a história do homem”, e a história de Canudos isso bem comprova, pois ela é fundamentalmente a história de um homem e daqueles outros homens que o seguiam.

Em 1874, *O Rabudo*, semanário editado na cidade de Estância, registra a presença, no interior das províncias da Bahia e Sergipe, de um líder carismático chamado Antonio Vicente Mendes Maciel, Antonio Conselheiro de alcunha; também conhecido como Antonio dos Mares. No norte da Bahia, nesse ano ele fundou um povoado que deu lugar ao Arraial do Bom Jesus.

Em 1876, esse mesmo “misterioso personagem” teria entrado em choque com o vigário

da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento do Barracão, o que determinara uma solicitação da Igreja de intervenção policial. Nesse ano ele já incomodava a alguns padres e “coronéis” do interior e fazendeiros, por afastar deles muitos sertanejos (contribuintes de caixas de esmolas das igrejas, mão-de-obra barata e submissa, eleitores de “cabresto”). E por isso foi preso em Itapicuru, humilhado e torturado sob a acusação, que em pouco tempo foi provada infundada, de ter matado sua mãe e sua esposa no Ceará, para onde foi enviado. Paradoxalmente, esse fato acabou servindo para aumentar o seu poder de fascinar e aglutinar os sertanejos, revelando ser ele possuidor de indiscutível capacidade de liderança, e, por isso, passou a ser visto por alguns políticos como capaz de influir num pleito eleitoral. De alguns, então, passou a ter discreto e acobertado apoio, enquanto outros passaram a combatê-lo receiosos de que pudesse ajudar seus adversários políticos. Um resumo desses fatos de 1876 ocorridos com Antonio Conselheiro apareceu um ano depois na *Folhinha Laemmert*, no Rio de Janeiro. Foi a primeira notícia que a Capital do Império teve sobre Antonio Mendes Maciel. O incidente já tinha sido notícia no *Diário da Bahia* (27/06 e 07/07/1876), no *Correio da Bahia* (08/07/1876), no *Jornal da Bahia* (08/07/1876) e no *Diário de Notícias*, de Salvador (06 e 07/07/1876).

Em 1882, é registrada oficialmente a presença, na povoação de Monte Santo (próxima de uma região chamada de Canudos, onde existia uma fazenda de criação de gado agora abandonada, banhada por um rio intermitente, o Vaza Barris), de um já celebre Conselheiro, pessoa que fazia pregações, ensinava rezas e ladainha, e que rezava o terço com a massa do povo que acorria para ouvi-lo e que demonstrava que

obedeceria cegamente a aceno que ele desse, e que por ele resistiria a qualquer outro apelo e até mesmo a qualquer ordem legal. Esse indivíduo também se dedicava à construção ou reparação de igrejas, capelas, cemitérios e açudes e, por isso, era mesmo procurado por alguns párocos, autoridades e fazendeiros interessados nos seus serviços, que apenas custavam o que dizia respeito ao material necessário e a sua alimentação e a dos seus ajudantes.

Esse registro – é interessante lembrar – foi feito pelo Tenente-Coronel Duarte Vieira de Aguiar, que esteve naquela localidade em missão de inspeção de todos os destacamentos policiais da Bahia e que, posteriormente, escreveu um livro sob o título *Descrições Práticas da Província da Bahia* e fez constar, na página 79, referindo-se à sua passagem por Monte Santo: “Quando por aí passamos achava-se na povoação um célebre Conselheiro, sujeito baixo, moreno acaboclado, de barbas e cabelos pretos e crescidos, vestido de camisolão azul, morando sozinho em uma desmobiada casa, onde se apinhavam as bestas e afluíam os presentes com os quais se alimentava. Esse sujeito é mais um fanático do que um anacoreta e a sua ocupação consiste em pregar uma incompleta moral, ensinar rezas, fazer prédicas banais, rezar terços e ladainhas com o povo, servindo-se para isso das igrejas, onde, diante do viajante civilizado, se dá um irrisório espetáculo, especialmente quando recita um latinório que nem ele nem os ouvintes entendem. O povo costuma afluir em massa aos atos religiosos do Conselheiro, a cujo aceno cegamente obedece e resistirá ainda mesmo a qualquer ordem legal, por cuja razão os vigários o deixam impunemente passar por Santo, tanto mais que ele nada ganha e ao contrário promove batizados, casamentos, desobrigas, festas, novenas e tudo

mais em que consistem os rendimentos da igreja. Nessa ocasião havia o Conselheiro concluído a edificação de uma elegante igreja no Mucambo e estava construindo uma excelente igreja no Cambé, onde, a par do movimento do povo, mantinha ele admirável paz.”

É bom observar que esse registro foi feito 15 anos antes do conflito em Canudos, em plena época do regime monárquico, quando a existência e o poder de que dispunha Antonio Vicente Mendes Maciel eram assinalados oficialmente, o que certamente não poderia ser novidade, observando-se que o Ten Cel Duarte revelou uma certa presunção e sentimento de superioridade em relação aos habitantes do interior, classificando-se como “viajante civilizado”, o que pode ter comprometido a sua informação.

O grupo de seguidores do Conselheiro foi progressivamente aumentando, acompanhando-o para onde ele ia, na expectativa de que se alimentaria e não dependeria da vontade de um dos poderosos senhores de terras dos sertões, e mais, receberia atenção, teria aconselhamentos para os seus problemas, assistência e, ouvindo as suas pregações e com ele entoando rezas e ladainhas, estaria mais próximo de Deus, o que para o sertanejo até hoje é muito importante. A expectativa para eles era, portanto, de obtenção de segurança – material e espiritual – e é nesse contexto que entendemos a luta desesperada até a morte que veio mais tarde a ocorrer.

Efetivamente, desde 1870 esse Conselheiro, que era natural de Quixeramobim, no Ceará, onde nasceu em 1828, circulava pelos sertões do Nordeste oferecendo ao povo suas pregações e conselhos e fazendo suas construções.

Os sertões do Nordeste foi o palco por onde se movimentaram muitos pregadores e beatos andarilhos, levando aos sertanejos ensinamentos

e conselhos com base no que diziam ser a palavra de Deus. Têm sido relatadas as presenças de alguns outros também chamados de “Conselheiros”, como aquele de nome Francisco, e de muitos beatos, como o celebre Padre Ibiapina (um ex-juiz que se tornou padre e cuja ação em muito teria influenciado Antonio Vicente Mendes Maciel) e o até hoje famoso Padre Cícero Romão Batista, que se fixou na região de Juazeiro do Norte no Ceará, entre muitos outros. Antonio Conselheiro, como ficou consagrado Antonio Vicente Mendes Maciel, não foi, portanto, o único, ou um caso excepcional de vida dedicada a pregações religiosas. Mais do que um simples fanático, pois, afinal, nem todo homem de grande apego à Fé é necessariamente um fanático (o termo fanático muitas vezes é mais apropriado para aqueles que o seguem), ele foi, pelo menos em grande parte da sua vida de pregador, um dos muitos beatos que, com suas palavras, tentaram minorar a aflição dos aflitos sertanejos, vítimas indefesas da natureza e dos homens.

Na verdade, eles foram em parte resultado da omissão do Poder Público em se fazer presente e em ir ao encontro das necessidades das populações da área, da mesma forma que supriam lacuna existente por acentuada ausência do Poder Espiritual representado pela Igreja. O sertanejo, carente de adequada vida material, além do mais sofria o fato de que em muitos locais não tinha como praticar a sua Fé como ele a entendia, vez que havia falta de igrejas ou de padres; em muitos lugares em que estes existiam, não ofereciam eles a ação e nem a palavra esperada, e muitas vezes nem um exemplo de comportamento de obediência aos ditames da religião e da própria Igreja. Em muitos lugares, eles eram na verdade os melhores exemplos de pecadores e de corrupção,

ou apenas estavam associados aos poderosos chefes locais a quem serviam e procuravam forçar o sertanejo a também servir.

Certo de que o governo tinha suas dificuldades para estar presente em todos os lugares, da mesma forma que a Igreja também tinha falta de padres (e muitos dos que tinha eram estrangeiros sem facilidade de comunicação com o homem dos sertões) e de recursos para acompanhar o que se passava nas diversas paróquias, da mesma forma que as comunidades nem sempre tinham condições de sustentar a presença de um representante da Igreja, como era prática em muitos lugares, mas a população sertaneja existia, ela era uma realidade e tinha justas demandas, pelas quais teria que lutar pois estava em jogo sua própria sobrevivência. E os beatos conselheiros representavam uma alternativa, e Antonio Conselheiro dentre eles foi para muitos a melhor opção, enquanto que, na mesma época, outros se inclinavam para a linha do Padre Cícero Romão Batista, nascido no Crato em 1844, de quem se apontavam milagres, mais até do que os atribuídos a Antonio Vicente Mendes Maciel, que, por sinal, nunca os admitiu, da mesma forma que nunca se apresentou como um substituto dos padres.

Nos anos de 1888 e 1889, enquanto o Brasil passava por profundas transformações nas suas estruturas política, econômica e social, a seca voltou a castigar cruelmente o Nordeste. É possível que o homem dos sertões, ignorante, sofredor, supersticioso, tendente ao misticismo, tenha associado uma coisa a outra, sobretudo quando nenhum benefício ele sentiu das mudanças de que talvez tenha ouvido falar, e que certamente não compreendeu bem, e sim tomou conhecimento, sem dúvida com perplexidade, de um conjunto de medidas que se chocaram com as idéias que estavam solida-

mente entranhadas na sua cultura, levando-o possivelmente a um estado de confusão mental e resultando numa sensação de angustia e medo do porvir, até porque entendeu, ou foi sugestionado de que as suas condições de vida começaram a piorar.

A Abolição da Escravatura, sem ser seguida de adequadas medidas complementares, sobretudo econômicas e sociais, a despeito das intenções da Princesa Izabel e do próprio Imperador D. Pedro II com relação a um programa de distribuição de terras, ao que se acredita por influência dos proprietários rurais que se inclinaram pelo apoio às idéias republicanas, afetou toda a economia do País e acabou por agravar sobremodo a já combalida economia nordestina. E aumentou o desemprego e a desesperança, para o que também pode ter contribuído o apelo a imigrantes europeus para as lavouras de café do Sul do País.

A República, um fato quase que inesperado para o momento, não obstante a existência de grande número de adeptos, de ativa pregação republicana e de um grande mal-estar na área econômico-financeira pelas condições em que foi feita a Abolição, promoveu verdadeiro turbilhão na vida nacional com o seu conjunto de medidas iniciais, que foram da separação da Igreja do Estado à condução da vida financeira do País, passando pela descentralização administrativa e pelo censo, pelo casamento civil, pela secularização dos cemitérios e pela maior atuação do Fisco, agora nas mãos dos estados e municípios, cobrando impostos muitas vezes exorbitantes por qualquer coisa, além de outras que romperam com tradições que se revelaram por demais arraigadas para os homens do interior que, na verdade, não tinham por que entender e aceitar facilmente o afã modernista e os ditames da filosofia positivista

dos novos detentores do Poder. E, ademais, fortaleceu os grandes proprietários de terras e as autoridades do interior que, de um modo geral, tornaram-se mais prepotentes e intransigentes, agora que se sentiram com mais condições de interferir na vida de suas regiões. E o rude, humilde e sofrido sertanejo correu em busca de proteção. E muitos a encontraram em Antonio Conselheiro.

A bibliografia sobre Canudos tem hoje muitos títulos; autores, historiadores nacionais e estrangeiros, pesquisadores universitários e outros estudiosos da História muito examinaram e continuam examinando o assunto, sobretudo compulsando arquivos, documentos e publicações da época e os estudos e trabalhos mais recentes sobre o tema, desenvolvendo suas idéias e interpretações. E há, além do mais, a literatura de cordel, as produções quase sempre anônimas dos cantadores dos sertões. Em cada obra, estão presente a visão e o entendimento do seu autor, via de regra deixando claro uma linha filosófica de raciocínio e análise associada ou não a um componente de conteúdo ideológico. Tudo isso é bom, pois do entrelaço de idéias e de compreensões distintas pode o pesquisador e historiador sem preconceitos chegarem a uma colocação em que sintam estar o mais próximo possível da verdade. Sim, apenas o mais próximo possível, pois no caso específico de Canudos há um vazio de difícil preenchimento, qual seja o fato de que pouco se conseguiu, até hoje pelo menos, de documentos e depoimentos de Antonio Conselheiro e dos que o seguiam. Afinal, o arraial foi incendiado e dinamitado e, por motivos que ainda não se conseguiu entender com clareza, parece que não houve preocupação de uma prévia e cuidadosa, e mais bem orientada, busca de documentos de qualquer natureza (ape-

nas dois manuscritos, sendo que um com as prédicas do Conselheiro recolhido por um médico da última expedição militar, que o usou como bem entendeu devia fazê-lo; outros escritos apareceram, como um escritura de compra e venda de terreno em localidade distante, uma propaganda eleitoral e mais alguns cadernos com anotações nem sempre inteligíveis, mas ou se mostraram pouco confiáveis ou logo se revelaram falsos ou muito pouco acrescentaram), nem na investigação oportuna, baseada no depoimento dos sobreviventes, para se tentar desvendar os propósitos do Conselheiro e a razão da obstinação e desapego à vida revelado por seus seguidores. Depoimentos conhecidos de canudenses, da época, foram obtidos muitos anos depois do evento, por iniciativa de particulares, jornalistas e escritores. Mas, em alguns casos, observou-se que os interrogados falavam pouco, pois ainda havia um certo temor de represália. Essa falta de interesse por documentos e depoimentos, de prisioneiros ou mesmo de outras pessoas da área envolvidas direta ou indiretamente na guerra, se afigura muito curiosa, pois foi perdida a oportunidade de comprovação, por exemplo, daquela reação monarquista tão explorada pelo governo e pelos republicanos para justificar as operações contra Canudos. E fica muito mais estranho quando se lembra que o próprio ministro da Guerra, homem do governo que determinara as operações, estava na área e, pela sua eficiente ação, tinha organizado o esquema logístico que foi tão fundamental para o êxito da força do governo. – Por que não se cogitou de tudo bem documentar, para mais justificar a decisão do emprego do próprio Exército Nacional contra os chamados fanáticos de Antonio Conselheiro? É questão que ainda precisa de resposta. – Por que deixar soterrar de

baixo de escombros eventuais documentos existentes, armas e outras provas que até poderiam confirmar a tal conspiração monarquista e a existência de um apoio externo sobre o qual em alguns momentos tanto se especulou? – E o que se tem a respeito? Os documentos oficiais disponíveis são mais sobre questões administrativas, uns sobre as operações militares, como partes de combate, relatórios, mensagens e ofícios sobre as operações e até sobre divergências entre autoridade civil e militar, e comunicações de missões diplomáticas sobre repercussões no exterior, e outros mais, nenhum, porém, contendo informações e análises convincentes sobre o que se falava, até mesmo oficialmente, de se tratar de reação para a derrubada da República. Até uma investigação, mandada fazer para apurar as causas do fracasso da expedição do Cel Moreira Cezar, parece que sumiu, pois nela não se fala, o que pode levar a crer que a determinação não teve conseqüência ou revelou algo que não convinha se saber. O mais são artigos na imprensa da época – alguns de correspondentes de jornais que estiveram na área (em pelo menos um caso um correspondente – Manoel Benício – foi afastado da área porque seus comunicados não teriam agradado o Comandante da 4ª Expedição, pois negava a apregoada reação monarquista e criticava a condução das operações militares) – discursos nas casas do Congresso Nacional, todos eles mais ou menos apaixonados ou pelo menos de imparcialidade não assegurada, defendendo esta ou aquela posição. Nada de sólido, oficial e absolutamente convincente, de segura validade para basear o relato histórico do porquê da guerra contra Canudos, é conhecido. E isso tem facilitado as interpretações ideológicas do evento, independente de outras distorções sem maiores pro-



fundidades, que dá para se perceber em algumas obras. De qualquer forma, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, continua sendo a obra básica de referência, e geralmente citada pelo menos pela maioria dos estudiosos do evento Canudos, quando menos não seja para contradizê-la, apontado falhas de informação e de interpretação. Euclides da Cunha, um ex-militar que acompanhou a última expedição militar durante um curto período de tempo como correspondente de um jornal de São Paulo, considerou a guerra contra Canudos como um crime e escreveu *Os Sertões* para denunciá-lo à Nação, como bem esclareceu, classificando sua obra como “O Livro Vingador”, embora tenha apresentado Belo Monte como “um antro de bandidos que chegaram a predominar e a ditar as regras”, e sobre o Conselheiro tenha dito que não passava de um “documento vivo de atavismo”, e mais, “o historiador só pode avaliar a atitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado ele se perde na turba dos neuróticos vulgares...”, e, adiante, sentencia: “O infeliz, destinado à solicitude dos médicos, veio impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a História como poderia ter ido para o hospício.”

A propósito de eventos que nos últimos anos quase sempre ocorrem, que pretendem comemorar a destruição do Arraial de Canudos – por que não evocar a criação para melhor discutir o que a determinou, o que pode ser mais importante que a destruição? –, é válido ter em mente que “as comemorações são ocasiões especialmente ricas para a reflexão histórica” no dizer do historiador Manuel Luiz Salgado Guimarães. “É um momento oportuno – continua ele – para olharmos o passado como forma de criticamente podermos construir o

futuro que desejarmos.” “Assim como o passado não está morto, assim também o futuro está aberto ao desejo construtivo dos homens.” “Comemorar, é assim não o ato de solidificar uma memória, mas antes o ato de problematizar uma memória, inscrevendo-a no movimento da História dos homens, objeto por excelência da reflexão do historiador”, conclui o autor citado.

A República foi ao interior e chegou aos sertões. Tratava-se de estabelecer a nova ordem das coisas, que compreendia diversos aspectos, como a busca de recursos por intermédio da cobrança de impostos e da imposição das disposições das novas Leis que eram editadas, da realização do Censo, que se refletiria, entre outras coisas, na definição do contingente eleitoral e das disponibilidades em homens para eventuais recrutamentos para o Exército e muito mais, tudo numa disposição de modernização e de revisão da própria Sociedade Brasileira dentro de uma nova filosofia e de novos enfoques administrativos e de política econômico-financeira. E algumas novas lideranças surgiram e isso talvez tenha se refletido sobre o pensamento e o modo de ser de Antonio Vicente Mendes Maciel. De repente, ele pode ter se sentido ameaçado pelo que a República procurava implantar; na sua liderança, por exemplo, na sua pregação que, possivelmente, no seu entendimento, estava sendo contestada, e no ter ao seu lado tantos seguidores dispostos a ouvi-lo e de algum modo aplaudi-lo e mais, auxiliá-lo nas tarefas a que se propunha. Esses seguidores passaram a ser de interesse dos chefes políticos da região e do Exército e poderiam ser dele afastados. E assim, Antonio Vicente Mendes Maciel passou a ver na República um verdadeiro inimigo mortal. Somente por essa linha de raciocínio parece possível se entender por que o Conselheiro passou a ser tão adversário do novo regime.

Sim, mas, de certo modo deve-se reconhecer, ele tinha uma vinculação filosófica com a monarquia por força da aceitação pacífica do chamado direito divino dos monarcas, que respeitava por entender que eram autoridades legitimamente constituídas por Deus, não obstante o Império ter suas responsabilidades na situação em que viviam os sertanejos e que ele lutava para minorar, e terem sido autoridades do regime monárquico que o prenderam, humilharam e torturaram. Mas, nesse caso da sua prisão, eram autoridades que, pelo pensamento básico, ele reconhecia como legítimas e competentes para prendê-lo e por isso não tinha reagido.

Na verdade, o projeto político de Antonio Conselheiro era na época retrógrado, pois já era visível a tendência no mundo da Igreja em se posicionar contra as monarquias e procurar se afastar da tutela do Estado.

E, para dar coerência a sua pregação religiosa, classifica a República como o Anti-Cristo (figura a que já se referia desde anos anteriores nas suas pregações, ao concitar os que o ouviam a se aproximarem de Deus) e passa a expressar, sem dúvida mais para fustigar o regime, até por que nada faz de objetivo nesse sentido, desejo da volta de um imperador. E pode ter explorado a tal chegada do Anti-Cristo para o responsabilizar pela seca, pela ação do Fisco e por outras ações entendidas como contra o sertanejo.

Mais tarde, para não ficar só no discurso e ser mais concreto na repulsa que mostra à República, em 1893 passa a incitar o povo a não pagar impostos e parte para a ação direta, rasga e queima editais oficiais afixados na localidade de Natuba (para alguns esse fato foi em Bom Conselho; mas ao que se tem de mais confiável no momento é que o incidente

também aconteceu em outras localidades além de Natuba).

De qualquer forma, vale enfatizar, Antonio Vicente Mendes Maciel nunca revelou uma predisposição de lutar pela restauração da monarquia. Isso teria sido bem percebido pela 4ª Expedição, a do General Arthur Oscar. Tudo que ao contrário se propalava era criação sem fundamento de desinformados ou de interesses não confessáveis. Por que não aceitava a República fez uma prédica falando mal dela e ensinou seus seguidores a, em qualquer situação, também a repudiarem. O que resulta de toda essa constatação, devidamente comprovada, é que não há por que, a rigor, considerar a chamada Guerra de Canudos como um evento ligado à consolidação do regime republicano em nosso País, como alguns chegam a fazer. E, podemos perguntar, independente de qualquer outra consideração: Por que ele não podia ser monarquista, se o regime republicano se dizia democrático? Por que não reconhecer o seu direito de ser monarquista e respeitá-lo? É o que se pergunta. Mas é que existiam razões outras para combatê-lo, entendemos, e o resultado acabou sendo uma luta entre republicanos e supostos monarquistas, mas não uma luta em que estivesse em jogo a manutenção da República ou a restauração da monarquia.

Antonio Vicente Mendes Maciel entra então na linha da “desobediência civil”, que não se enquadra necessariamente num ato de rebelião nem mesmo de subversão da ordem, mas que passa a ser explorada como um estado de revolta.

Mas, em 1887, a Igreja já o acusara de pregar doutrinas subversivas e desobediência às autoridades constituídas, o que entendia era uma constante ameaça à ordem e à tranqüilidade pública, isso quando tentou conseguir a

sua internação em um asilo para alienados no Rio de Janeiro; mas nessa ocasião o Estado não o percebia como potencialmente perigoso e a tentativa não logrou êxito.

Esse fato antecede à República, e a acusação é da Igreja Católica que, pela sua mais alta hierarquia, sempre foi hostil a Antonio Conselheiro (o que não acontecia com alguns párcos que, já registramos, exploravam seus serviços e sua capacidade de atrair pessoas que de alguma maneira contribuía financeiramente para a Igreja pela realização de casamentos, batizados, etc.), como foi de outros conselheiros, beatos e pregadores, é bom considerar. O fato real era que Antonio Conselheiro, sob certos aspectos, era na verdade uma ameaça à hegemonia eclesiástica institucional, conquanto fosse um sustentáculo para essa mesma Igreja Católica, mal preparada, mal equipada e rarefeita nos sertões.

O governo estadual decide então punir a sua desobediência em Natuba e em outras localidades e manda prendê-lo. Ocorre então o incidente de Masseté, ainda em 1893, quando uma força policial entra em choque com os seguidores do Conselheiro que não deixam ele ser preso. Conquanto tenha havido mortes, o incidente caracterizou apenas uma desordem, um fato a rigor simplesmente da alçada policial. Outra força é mandada cumprir o mandado de prisão, mas ela teme nova reação dos partidários de Antonio Conselheiro que nessa altura, segundo se dizia, já compreendia cerca de mil pessoas, e deixa de cumprir a ordem recebida, e não vai ao seu encontro; em seguida essa ordem é cancelada. E tudo fica por isso mesmo...

Para Antonio Conselheiro, a partir do incidente de Masseté, fica claro que não mais terá sossego e vai em busca de um refúgio. E este

estava numa região que bem conhecia – a fazenda de Canudos –, abandonada, de difícil acesso, mas por onde passavam diversos caminhos do sertão, aparentemente esquecida dos Poderes Públicos, e onde oferecia terras suscetíveis de serem trabalhadas e campos para criação. Para ele não convinha mais andar pelas estradas e de localidade em localidade. Agora o tinham compelido a procurar oferecer aos seus seguidores aquele Paraíso de que tanto lhes tinha falado. “É para os seus seguidores aquela ida para Canudos continha em si promessa de paz, de libertação árdua, porém feliz das crescentes incertezas e tormentos da miséria sertaneja.”

Antonio Vicente Mendes Maciel cria mais uma localidade, em Canudos, a qual denominou de Belo Monte, e onde estabeleceu uma sociedade de participação coletiva, sob certos aspectos comparável àquelas povoações dos Sete Povos das Missões ou mesmo ao Quilombo de Palmares. (É bom lembrar que a primeira foi destruída pela ação conjunta dos exércitos espanhol e português na implantação do Tratado de Madri, e Palmares resistiu por 65 anos).

A criação de Belo Monte não configura uma “luta pela terra” como se entende hoje, mas foi, na verdade, uma nítida luta pela sobrevivência em que a questão da terra era um dos seus ingredientes, sem dúvida para o que muito contribuiu a situação de concentração fundiária do Nordeste – agravada pela pouca disponibilidade de água – e por esta razão para lá vão até pequenos proprietários rurais, que se desfazem dos seus tratos de terra, e também pequenos negociantes de muitas localidades. E nesta luta é que vai ocorrer a luta obstinada pela manutenção da posse da terra de Canudos, luta essa entendida pelos canudenses como verdadeira luta em defesa da Pátria – e esse

entendimento é mais um elemento para a compreensão da resistência obstinada.

A criação e as condições de vida de Belo Monte logo repercutem pelos sertões, e para Canudos seguem multidões, principalmente de sertanejos, e até de pessoas outras de localidades diversas, principalmente dos sertões, muitos até se desfazendo de bens materiais – e nessas multidões muitos foragidos da Lei, entre esses alguns que lá vão acabar tendo importante papel na luta que irá ocorrer – todos desejosos de também participarem e, obviamente, de se beneficiarem do que ali se diz acontecer e, mais do que tudo, sem dúvida, se protegerem de um mundo que entendiam lhes era hostil.

E Belo Monte cresce e aos poucos vai incomodando e, sobretudo, se tornando um “mau exemplo”. As fazendas e muitas localidades do sertão vão se esvaziando com o êxodo para Canudos. Os fazendeiros, os “coronéis”, os políticos e muitos negociantes das cidades e povoações dos sertões passam a temer e a fazer campanha acirrada contra Belo Monte e Antonio Conselheiro que, por outro lado, passam a ter simpatizantes, em muitos lugares, até em cidades grandes.

Tudo repercute e é amplamente explorado de acordo com os interesses políticos, sobretudo nas capitais.

Naturalmente, as fontes de notícias estavam situadas no interior como o que constou no número 38, de 20 de maio de 1894, no jornal *A Pátria*, de São Felix de Paraguassu, na primeira página, sob o título “Ainda o Conselheiro”. O artigo é longo (a Redação se refere a uma carta recebida de um negociante filho de Monte Santo) e dele constam os seguintes trechos: “Pessoa vinda de Canudos, hoje Império do Belo Monte, garantiu a este nosso

amigo que têm chegado grupos de assassinos e malfeitores do Mundo Novo, a fim de fazerem parte do exército garantidor das instituições imperiais.” “As coisas não vão boas e nós não escaparemos em caso de ataque. Já o Conselheiro, afora a canalha fanatizada e assassina, tem um batalhão de duzentos e tantos homens, os quais fazem exercício de fogo todos os dias e vigiam os arredores.” “Não sabemos qual será a intenção desse homem tão ignorante e criminoso armando batalhões e aliciando gente para a luta”. “É forçoso reconhecer, seja como for, que o governo pagará bem caro essa sua inação e que todo o sertão ficará sob o mais desolador e pungente definhamento. O Dr. Rodrigues Lima (então Governador do Estado da Bahia), filho dos belos sertões, deve compadecer-se dos seus irmãos do centro e pedir informações sobre os desmandos de Canudos. O combate “imortal” de Masseté, que, para experiência de desgraçada derrota e cobardia, devemos recordar, foi o único de todos esses desvaios. Se, naquele tempo, os 80 praças de linha que vieram até Serrinha marcham logo sobre o homem, certamente o teriam esmagado, porque o seu grupo era de 85 homens, mal armados e mal municidados.” “Hoje a coisa é 10 vezes pior, porque além de estar ele protegido pela posição estratégica de Canudos, cercado de morros e caatingas incultas e difíceis, tem elementos fortes, gente superior e trincheiras perigosas.” “O Marechal Floriano Peixoto, sábio na sua administração, enérgico e ativo nas suas medidas, deve empenhar-se para ser o salvador nessa tormentosa questão que tanto prejuízo há de causar a Bahia.”

Euclides da Cunha, em 1897, ao chegar a Salvador, tomou conhecimento desse artigo e registrou no seu livro *Diário de uma expe-*

*dição:* “Há três anos que da pena inexperta de um sertanejo inteligente surgia a primeira página desta campanha crudelíssima.”

Hoje é possível entender que a carta, que deu lugar ao artigo, de certo modo representou uma manobra para alarmar as autoridades e levá-las a uma atitude contra Canudos e Antonio Conselheiro. Mas, na verdade, em nada resultou naquela oportunidade. De qualquer forma ela leva à consideração de que teria exagerado a situação, pois só depois das primeiras expedições militares é que os conselheiristas passaram a dispor de melhor armamento e de disponibilidade de munição, o que de certo modo reconhece quando admite que pouco tempo antes (mais ou menos um ano) os conselheiristas estavam “mal armados e mal municidados”.

Os republicanos estão assustados com reações com que parece não contavam, como a que provocou a Revolução Federalista e a Revolta na Armada. Seria uma calamidade para eles a ocorrência de uma nova rebelião contra a República. E aí tomam força os partidários do estado de exceção e se defende a volta da “mão forte” de Floriano ou pelo menos de alguém como ele. O governo civil enfrenta crise de credibilidade e sente que precisa tomar medidas enérgicas e de repercussão para se afirmar e sobreviver.

E para sobreviver todos vão acabar lutando, uns contra os outros; os canudenses e os republicanos.

Em 1895, dois anos depois da instalação dos primeiros habitantes de Belo Monte, o governo da Bahia entende-se com o arcebispo metropolitano para a ida de uma missão religiosa a Canudos, com a finalidade de fazer o Conselheiro com os seus seguidores voltarem ao seio da Igreja e passarem a obedecer as

leis e as autoridades constituídas. Para executar essa tarefa foi designado o Padre Frei João Evangelista de Monte Marciano, jovem missionário capuchinho italiano, com apenas cerca de dois anos no Brasil e pouca vivência nos sertões do Nordeste. Em companhia de outro capuchinho também italiano, ele passou sete dias (de 13 a 21 de maio de 1895) em Belo Monte alojado na casa que ali possuía o vigário da vizinha localidade de Cumbé, o que demonstrou que ele não foi impedido de penetrar em Canudos, onde ocorria a presença, quinzenalmente, rezando missa e praticando outros atos religiosos, de um padre católico.

A missão de Frei Marciano foi um fracasso, mesmo tendo tido oportunidade de conversar com Antonio Conselheiro, de falar aos moradores de Belo Monte reunidos em uma praça e de rezar missas.

Frei Marciano sugeriu a desocupação da nova localidade e a volta dos seus moradores para seus lugares de origem, além de se desfazerem das suas armas – essa a missão que levaria – que, na verdade, nessa ocasião não passavam de clavinotes e espingardas de caça e alguma arma branca, como facões, companheiros inseparáveis de qualquer sertanejo em qualquer lugar dos sertões (certamente até nos dias de hoje), além de abordar temas políticos e fazer pregação pelo reconhecimento da República. Sentindo-se repellido pelas suas propostas, o frei italiano passou a insultar o Antonio Conselheiro e os habitantes de Belo Monte e acabou sendo compelido a regressar a Salvador, onde, logicamente, para se justificar, apresentou relatório alarmante afirmando a presença em Canudos de muitos bandidos (o que não deixava de ser verdadeiro e alguns deles, já registramos, tiveram papel importante na guerra que iria acontecer), acrescentando

estar a população local muito bem armada e com espírito agressivo.

Depois da missão do Frei Evangelista, não se tem mais nenhuma notícia de qualquer outra tentativa no sentido de atrair Belo Monte para uma integração, mesmo em termos, com o Estado.

Também não se tem informações se alguém teria considerado que Antonio Vicente Mendes Maciel e muitos dos canudenses mais velhos não eram imortais, e assim, com o correr dos tempos, a própria Belo Monte deveria acabar por buscar melhor relacionamento com o Estado por intermédio de novas lideranças. Afinal, apesar de tudo, e até de ter escolas, dia chegaria em que os mais jovens iriam querer conhecer outras paragens, até como condição de sobrevivência.

Mas, certamente, deveria haver preocupações – sem dúvida válidas – da existência do que se poderia entender como um Estado dentro do Estado, e mais, do já referido “mau exemplo”.

Em 1893, Antonio Conselheiro rasgara e queimara os Editais em Natuba e em outras localidades, logo a seguir ocorrera o incidente de Masseté e, na seqüência dos acontecimentos que o envolveram nesse ano, cria a povoação de Belo Monte. Em 1895, no mês de maio, recebe a missão do Frei Marciano e não aceita a sua proposta.

Belo Monte continua a crescer, a receber mais levas de sertanejos, e também vai consolidando um tipo de sociedade e de economia comunitária. E vai se ligando às localidades vizinhas por relações de várias naturezas, como as comerciais e até algumas de caráter policial materializadas na entrega de determinados tipos de criminosos às autoridades policiais dessas cidades, sem embargo de que, numa pri-

meira fase, os conselheiristas intimidaram seus vizinhos com agressões e roubos, sobretudo de gado. Na verdade, os seguidores de Antonio Vicente Mendes Maciel foram, progressivamente, se tornando pessoas mais confiantes nelas mesmo e em muitas ocasiões agindo de modo arrogante e agressivamente para com outras pessoas. Por isso foram justamente temidos em alguns locais pelos quais passaram.

Uma questão que deixamos em aberto por considerá-la irrelevante para a nossa proposta diz respeito à discussão do sentido da pregação de Antonio Conselheiro, se messiânico, milenarista ou sebastianista. Na verdade, nenhum elemento de convicção a respeito desse tema que possa ser de importância maior para a referida proposta. O mesmo com relação a qualquer colocação *escatológica*, que não percebemos com nitidez nas suas prédicas. Sobre essas questões existem, sim, muitas especulações e diversas formulações que na essência apenas querem explicar ou justificar seu procedimento com consideração ou não da conjuntura. O que todos são concordantes é que ele pregava determinadas linhas de conduta e acenava com melhores dias, não necessariamente na Terra, pela prática da Fé – nem sempre com clareza –, sem deixar de frisar que “é necessário que se sofra para obter a verdadeira felicidade, que é a glória de Deus”, e também dizia que “a felicidade do homem consiste em conformar-se com a vontade de Deus”. (Esta passagem do discurso de Antonio Conselheiro inviabiliza qualquer consideração de que ele tenha feito pregação socializante ou revolucionária.) E essas palavras eram bem aceitas pelos moradores das zonas rurais pois em geral “acreditavam que os infortúnios decorriam do erro de não se aceitar o destino predeterminado para cada um; o sofrimento decorrente das se-

cas e doenças era visto como uma resposta divina, e, sendo assim, a subjugação política também deveria ser aceita normalmente, sem maiores protestos. Os sertanejos esperavam punições quando não cumpriam suas obrigações para com os santos e para com Deus após a realização de uma promessa. Mas isso não quer dizer que encaravam a vida com completa resignação”.

Assim, temos mais um elemento para entender a resistência feroz durante a guerra que se travou, já que essa idéia foi bem enfatizada pelo Conselheiro no seu sermão contra a República. Também não julgamos que ele tenha sido um fanático na acepção plena do termo; ele era um homem carismático, líder natural, possuído de Fé verdadeira, isso sim, sem embargo de alguns desvios de compreensão da verdadeira religião que professava – a Católica. Fanáticos, esses sim, eram muitos dos seus seguidores, fanáticos por Antonio Conselheiro e pelo que ele recomendava, como resultado do muito que dele recebiam, em especial a segurança que sentiam.

Agora, é bom ter em vista que nem todos os canudenses eram fanáticos ou mesmo defensores intransigentes de Belo Monte por Belo Monte; naquele meio existiam também os que ali estavam mais por interesse comercial e que acabaram envolvidos no conflito, e alguns que, temerosos da repressão, como os bandidos que ali se acoutaram, lutaram desesperadamente pela própria sobrevivência, sem nenhuma consideração por qualquer aspecto religioso, e compeliram muitos a também lutarem, pois isso lhes favorecia.

Uma consideração que poderíamos desenvolver, e que tem algum interesse para a nossa proposta, diz respeito ao por que Antonio Vicente Mendes Maciel se tornou um andari-

lho, um pregador e mais tarde de certo modo agrediu as instituições? Há quem entenda que a sua felicidade fora cortada com as suas falências comerciais, antes pela sua madrastra, depois pela fuga da esposa e pela permanente lembrança das lutas entre a sua família e os Araújo. Tudo são especulações. Mais uma coisa parece certa, ele foi influenciado pelas condições miseráveis da vida dos sertões e, refugiado na religião, para onde o levaram suas desventuras e mais, sem aspirações pessoais, entendeu que devesse se dedicar aos “mal-aventurados”. A partir daí ele chegou à atitude de contestação, como já explicitamos.

Em 1896, Belo Monte já apresentava uma população estimada em mais de 20.000 pessoas, admitindo-se assim que, populacionalmente, era a segunda cidade do Estado e ia se consolidando, estreitando alguma ligação com as localidades vizinhas.

E aí acontece o confronto de Uauá, em 21 de novembro de 1896, por obra do inexplicável não cumprimento de um trato comercial, de receios, ao que se sabe e se entende, não justificados (a não ser por malquerença anterior – quando do incidente de Bom Conselho), do Juiz de Direito de Juazeiro, Dr. Arlindo Batista Leoni, e da interpretação que por qualquer razão (teria sido influência do Juiz) o Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira parece ter dado à missão recebida do seu comandante, considerando presumivelmente missão deduzida a ter prioridade o ataque a Canudos, quando sua missão principal e explícita teria sido a defesa de Juazeiro – contra um imaginado ataque dos seguidores de Antonio Conselheiro indo buscar a madeira para a construção da igreja nova em Belo Monte, que tinham comprado e pago mas não lhes fora entregue como estava acertado –, tudo ao que se pode

interpretar por não ter bem pesado os “fatores da decisão” – missão, inimigo, terreno e meios. E o quadro se completa porque os seguidores de Antonio Conselheiro, informados da ida do destacamento Pires Ferreira, vêm ao seu encontro. E o choque se dá. (Deveria ter sido policial a tropa enviada para Juazeiro, mas ocorria perturbação da ordem em algumas localidades do interior do Estado da Bahia, inclusive por força de medidas republicanas, pelo que o Governo do Estado, invocando essa situação, alegou não dispor de meios e pediu apoio ao Exército e foi atendido.)

A partir desse momento, a questão prioritária para os republicanos, em particular para os políticos das capitais e para muitos beneficiários do novo regime e outros mais, notadamente adversários de Antonio Conselheiro e do seu arraial, passa a ser a destruição de Canudos – “Delenda Canudos”! Tudo ampliado pelo sensacionalismo tão a gosto de boa parte da imprensa. Pouquíssimas vezes apelam para o bom senso, para a busca de soluções pela via política do entendimento. De qual-

quer forma, a pressão dos interessados no confronto não deixou se formar um clima para serem ouvidas.

“Destruir Canudos!” Era só o que ouvia, era só o que pedia boa parte da opinião pública.

E, na seqüência, os brios do Exército passam a ser excitados, com a pregação da necessidade da Instituição “lavar” a sua honra.

Aí acontece a terrível tragédia de irmãos lutando ferozmente contra irmãos numa guerra sem quartel, guerra essa que foi e poderá ser sempre o eixo principal da análise do fenômeno mais amplo denominado Canudos.

Referindo-se a esse conflito, assim se expressa o grande historiador Pedro Calmon: “A guerra de Canudos nada tinha de comum com a política, muito menos com a corrente monarquista. Foi um conflito de fundo religioso, produzido pela barbárie sertaneja e localizado num longínquo rincão da Bahia, que só assumiu proporções gigantescas pela incompreensão do fenômeno e brutalidade dos meios repressivos, por parte do governo empenhado em satisfazer a opinião das capitais.”



## BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

### Coleção General Benício

#### *Ganhando a Guerra*

*John B. Alexander*

Especialmente preocupado com a guerra contra o terror, o livro relata os novos equipamentos bélicos que poderão desempenhar papel determinante nos conflitos armados do futuro.